

DOCUMENTO DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

BRASIL

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE
CATANDUVA**

(BR-L1171)

PERFIL DE PROYECTO

Este documento fue preparado por el equipo compuesto por: Márcia Casseb (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Cláudia Fernanda Magalhães (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Bruno Seidler, Diomira Farias, José de Arimatéa Rodrigues, Jose Raúl Cisternas, Marisa Teixeira, Vera Bazzanella e William Thornhil (consultores); e Paula Cabral (CSC/CBR).

De conformidad con la Política de Acceso a Información, el presente documento está sujeto a divulgación pública.

PERFIL DE PROJETO BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Título do projeto:	Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado do Município de Catanduva.	
Número do Projeto:	BR-L1171	
Equipe de Projeto:	Márcia Casseb (FMM/CBR), Chefe de Equipe; Cláudia Fernanda Magalhães (FMM/CBR); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Bruno Seidler, Diomira Farias, José de Arimatéa Rodrigues, Jose Raúl Cisternas, Marisa Teixeira, Vera Bazzanella e William Thornhil (consultores); e Paula Cabral (CSC/CBR).	
Mutuário:	Município de <i>Catanduva</i> - SP	
Órgão executor:	Município de <i>Catanduva</i> - SP	
Plano de financiamento:	Fonte	Montante US\$
	IDB (CO)	7.67 milhões
	Local	<u>7.67 milhões</u>
	Total	15.34 milhões
Salvaguardas:	Políticas identificadas: B.3, B.5 e B.16	
	Categoria: B	

II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

A. Situação do Município

- 2.1 O Município de Catanduva está localizado na região noroeste de São Paulo, próximo a grandes centros industriais do Estado. Ocupa uma área de 292 km² e contava com uma população total de 105.844 habitantes em 2000¹. O Município apresentou evolução do IDH-M entre os anos de 1991 a 2000², que passou de 0,804 a 0,833, atingindo a 30^a posição no Estado³ e a 106^a posição no País, o que indica alto índice de desenvolvimento humano. De fato, de acordo com o Atlas de Exclusão Social no Brasil⁴, em 2000 Catanduva apresentava um Índice de Exclusão Social de 0,622, posicionado em 118º lugar entre os 5.507 municípios brasileiros, e em 56º lugar entre os 645 municípios paulistas, o que corresponde a uma faixa de menor grau de exclusão social.
- 2.2 Catanduva é parte da *Microrregião de Catanduva*, que conta com 13 municípios, destacando-se como cidade pólo micro-regional, com comércio, setor de serviços e um parque industrial em plena ascensão. A economia local é basicamente voltada para a agropecuária e a indústria. O Município localiza-se estrategicamente como centro de um dos pólos de produção de cana-de-açúcar do Estado, por onde transita parte da safra agrícola do centro-oeste do País, por meio

¹ IBGE

² IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

³ De um total de 644 municípios.

⁴ Pochmann M., Amorim R., 2. Ed. – SP, 2003. Considera aspectos como padrão de vida digno, conhecimento e risco juvenil, subdivididos em índices (renda, emprego formal, alfabetização, porcentagem de jovens e homicídios).

de rodovias e da Ferrovia Bandeirantes - FERROBAN⁵. O PIB municipal em 2005 foi de R\$ 1.551 milhões. No período de 2000 a 2005 o crescimento do PIB de Catanduva foi de 48%, acompanhando o ritmo do PIB do Estado de São Paulo e do Brasil (50%⁶ no mesmo período), o que atesta o dinamismo da economia local.

B. Condições Urbanas

- 2.3 O Município de Catanduva apresentou em 2000⁷ uma taxa de urbanização de 98,51%. O processo de urbanização acelerado do município iniciou-se a partir da década de 60, ampliando-se continuamente deste então. A densidade média de ocupação da área urbana é razoavelmente baixa, de 362 hab/km². A cobertura dos serviços de saneamento é alta: os sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários atendem a praticamente 100% da população urbana, não sendo tratados os esgotos coletados. As indústrias de maior porte tratam seus esgotos, não havendo controle da poluição daquelas de menor porte. A coleta de resíduos sólidos atende a 100% da população, sendo os resíduos dispostos inadequadamente em um vazadouro. Está planejada a construção de um aterro sanitário.
- 2.4 Apesar de Catanduva proporcionar boas condições de vida a seus habitantes, os estudos para a elaboração do Plano Diretor Urbanístico de Catanduva⁸ - PDUC identificaram problemas como: (i) existência de loteamentos com infra-estrutura urbana inadequada; (ii) ocupação das faixas de drenagem naturais de rios e fundos de vale com vias e edificações; e (iii) redes de águas pluviais e de esgotamento sanitário despejando diretamente nos fundos de vale. Esses problemas ocasionaram grave processo de degradação dos recursos naturais do Município, comprometendo principalmente seus recursos hídricos.
- 2.5 O Município está inserido em três bacias hidrográficas: dos rios da Onça, Cubatão e São Domingos, sendo essa última - onde predomina a ocupação urbana - considerada uma das mais poluídas do Estado. O rio São Domingos apresenta margens desprovidas de mata ciliar e águas degradadas devido ao lançamento de esgotos domésticos. Por outro lado, o município é carente de espaços verdes e não possui nenhuma Unidade de Conservação Ambiental. Uma das diretrizes do PDUC é a ampliação de áreas definidas como parques urbanos, valorizando a paisagem ao longo do rio São Domingos e transformando esses espaços em áreas de lazer e convívio para a população, sobretudo na área urbana mais consolidada.

C. Estratégia do Município e do Programa

- 2.6 O Município de Catanduva conta com instrumentos de planejamento importantes, como o PDUC, o Plano Diretor de Água e o Plano Diretor de Esgotos Sanitários. O PDUC apresenta as ações urbanas prioritárias e estabelece o macrozoneamento

⁵ Que permite a ligação ferroviária entre Santa Fé do Sul - na fronteira do Mato Grosso do Sul - com o porto de Santos.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005.

⁷ IBGE

⁸ Desenvolvido no período de julho de 2005 a setembro de 2006. Lei Complementar nº 355/06

do município e a zona de requalificação urbana que requer prioridade de intervenção - com destaque para a bacia do rio São Domingos. A partir da identificação e do mapeamento das áreas de risco do município que necessitam de intervenções urgentes, o PDUC estabeleceu como diretriz a necessidade de ampliar áreas determinadas como parques urbanos. Para isto utilizou como estratégia propor a recomposição dos fundos de vale, mediante a restituição das matas ciliares na faixa de drenagem de córregos e rios e o tratamento dos efluentes que chegam a estes corpos hídricos. A presente operação apoiará o saneamento dessa bacia e a requalificação da área urbana na região, consideradas as maiores prioridades sócio-ambientais do Município.

- 2.7 Visando implementar as diretrizes do Plano Diretor de Esgotos Sanitários (2006-2025) a PMC solicitou ao Governo Federal recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de saneamento. A estratégia do Programa consiste em apoiar a municipalidade na implementação das intervenções complementares aos investimentos do PAC, viabilizando assim as iniciativas de requalificação urbanística previstas no PDUC.

D. Objetivo e Resultados Esperados

- 2.8 O Programa tem como principal objetivo promover a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Catanduva, mediante ações integradas nos âmbitos sanitário, urbanístico, ambiental e de gestão pública. O Programa está estruturado em três componentes, conforme descrito a seguir:

- a. **Componente I: Saneamento Ambiental.** O componente apoiará um conjunto de obras de infra-estrutura de saneamento abrangendo a área urbana do município, com a implantação: (i) de Interceptores e Coletores-tronco; (ii) da Estação de Tratamento de Esgotos – ETE Catanduva. Apoiará também atividades de desenvolvimento comunitário e social, que incluirão ações voltadas para o uso racional da água, controle da poluição industrial e educação sanitária e ambiental.
- b. **Componente II: Qualificação Urbanística.** Estará focado na despoluição do rio São Domingos, especificamente no trecho que atravessa a área central da cidade. Isso permitirá a implantação dos Corredores Verdes do Vale do Rio São Domingos, formados por uma rede de Parques Abertos e de Parques Lineares. Os Parques Abertos serão áreas amplas, dotadas de equipamentos adequados para reunião e permanência da população, entre eles: jardins, quadras esportivas, arenas, quiosques, praças etc. Os Parques Lineares serão áreas de passagem, que interligarão os diversos Parques Abertos, constituindo-se em bordas de vias de tráfego, ocupadas por calçadas, passeios e ciclovias.
- c. **Componente III: Desenvolvimento Institucional e Gerenciamento.** O componente está dividido em três subcomponentes: (i) elaboração de estudos e planos diretores - que servirão como instrumentos de planejamento de diferentes secretarias municipais; (ii) ações de fortalecimento do sistema

gestor de saneamento - formado hoje pela Secretaria Municipal de Saneamento Básico – SMSB e pelo Departamento de Água e Esgotos - DAE; e (iii) apoio ao gerenciamento, aquisição de programas e equipamentos de informática.

- 2.9 O impacto do Programa poderá ser medido por meio dos seguintes indicadores: (i) melhoria da qualidade da água do rio São Domingo e dos seus tributários na área urbana e a jusante de Catanduva; (ii) ampliação das áreas verdes e de convívio social do município; e (iii) desenvolvimento e atualização de instrumentos de planejamento setorial.

III. TEMAS DE DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 Os aspectos mais relevantes para a preparação do programa consistem na realização de estudos de saneamento básico e dos parques urbanos. O Programa proposto cumpre com as condições e requisitos estipulados no mecanismo creditício PROCIDADES⁹, e foi desenhado sobre a experiência do Banco em intervenções de saneamento e urbanísticas tais como Paraná Urbano I (0917/OC-BR) e II (1405/OC-BR) e da experiência de Toledo (BR L-1085), já negociado no âmbito do PROCIDADES. Estas lições incluem, entre outras: (i) dispor, desde o início da execução, dos projetos e planos executivos com o fim de evitar atrasos e custos adicionais na fase de implementação; (ii) a necessidade de fortalecer o setor de saneamento para assegurar a sustentabilidade das intervenções ao longo do tempo; e (iii) o papel chave da unidade técnica que lidera as ações do programa, para o qual será previsto apoio adequado.

IV. SALVAGUARDAS E AVALIAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 4.1 **Salvaguardas.** A PMC está elaborando um Relatório de Avaliação Ambiental – RAA. Esse documento, por meio de um Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, reunirá aspectos chave a serem adotados durante todo o ciclo do projeto do Programa¹⁰. Segundo os diagnósticos preliminares, a presente operação não tem implicações ambientais nem sociais negativas significativas, não sendo previsto o reassentamento de famílias. Os impactos adversos previstos serão temporários e moderados, e estarão restritos à etapa de execução de obras ou à correta operação do sistema de tratamento de esgotos e à adequada gestão dos parques. Versão preliminar do RAA já foi disponibilizada ao público. De acordo com as salvaguardas, a classificação do Programa é B (Ver Anexos I, II e III).
- 4.2 **Avaliação Fiduciária.** Uma Unidade de Gestão do Programa – UGP será responsável pela coordenação geral e pela execução Programa. A UGP contará

⁹ PROCIDADES (BR-L1043) é um mecanismo de crédito destinado a financiamento da gestão e obras de municípios no Brasil, cuja aprovação do Diretório do Banco foi em 11/10/2006.

¹⁰ Estes aspectos incluem: (i) os critérios de elegibilidade ambiental; (ii) as indicações para o processamento do licenciamento ambiental das obras; e (iii) os procedimentos para a elaboração de rotinas de supervisão, fiscalização e monitoramento ambiental.

com o apoio de consultoria para apoiar a execução física e financeira dos Componentes. Uma Comissão Especial de Licitações será responsável pelas licitações e receberá treinamento para realizar os processos de licitação dentro das regras do Banco. Uma Avaliação SECI está sendo realizada para identificar a capacidade da Prefeitura de cumprir com os objetivos do Programa.

- 4.3 **Avaliação Institucional:** A avaliação realizada pelo Banco mostrou disponibilidade adequada de recursos humanos, materiais, equipamentos, sistemas de informação, instrumentos de planejamento, organização e controle, bem como a gestão eficaz e eficiente desses recursos. Alguns dos resultados alcançados pelo município se devem ao desenvolvimento, no período de 2003 a 2008, do Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT¹¹ no valor de R\$ 1.9 milhões. Verifica-se, assim, que a Prefeitura possui capacidade institucional comprovada, necessitando apenas de fortalecimento em questões específicas pertinentes à execução do programa. Nesse sentido, foram previstas diversas ações de fortalecimento institucional visando apoiar a gestão do programa.

V. OUTROS TEMAS

- 5.1 O principal fator de risco identificado para o programa situa-se na possível mudança de administração prevista para janeiro de 2009. Entretanto, as propostas do programa atendem às diretrizes do PDUC, elaborado com ampla participação popular. Outro potencial risco é a desvalorização do Dólar frente ao Real, aspecto que será monitorado durante a execução e que poderá ser mitigado após assinatura do contrato com a conversão em moeda local da dívida – saldos e/ou desembolsos. Finalmente, observa-se o risco que implica na demora na negociação de créditos com as instituições federais brasileiras. Buscando minimizar esse risco um consultor foi contratado para apoiar a prefeitura na realização dos trâmites burocráticos junto ao Governo Federal.
- 5.2 O Banco acompanhará de perto a tramitação da solicitação de recursos do PAC junto ao Governo Federal, de forma a demonstrar tecnicamente a complementaridade das ações previstas e a necessidade de compatibilizar o cronograma de obras de saneamento básico previstas.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

- 6.1 Este programa foi registrado no *pipeline* em 9 de outubro de 2007, dentro do marco de mecanismo creditício do PROCIDADES. Dada à entrada em vigência dos novos procedimentos do Banco, optou-se por preparar o PP no lugar do DCP. A missão de identificação ocorreu de 18 a 19 de outubro de 2007. Os Anexos III, e V -caminho crítico- detalham esses acordos e estabelecem os balizamentos necessários para alcançar a distribuição do *POD* em Agosto 2008.

¹¹ Programa financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to CESI.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Urban Development and Housing
	Type of Operation	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Urban Development
	Team Leader	Márcia Casseb
	Project Title	PROCIDADES - Catanduva
	Project Number	BR-L 1171
	Safeguard Specialist(s)	Marisa Teixeira
	Assessment Date	2008-03-28
	Assessment Number	2008-03283459-2
	Additional Comments	

SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	Type of Operation	Investment Loan	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	In-country systems are being used.	(B.16)
	Potential Safeguard Policy Items (?)	No potential issues identified	
	Recommended Action	Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PCD (or equivalent) and Safeguard Screening Form to CESI Secretariat.	
	Additional Comments	<i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i>	

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening:	Márcia Casseb
	Title	
	Date	2008-03-28

SAFEGUARD SCREENING FORM

This Report provides a summary of the project classification process and is consistent with Safeguard Screening Form requirements. The printed Report should be attached as an annex to the Project Concept Document (or equivalent) (together with the Safeguard Policy Filter Report) and sent to CESI.

1. Save as a Word document. 2. Enter additional information in the spaces provided, where applicable. 3. Save new changes.

PROJECT DETAILS	IDB Sector	Urban Development and Housing
	Type of Operation	Investment Loan
	Additional Operation Details	
	Country	Brazil
	Project Status	New Operation
	Investment Checklist	Urban Development
	Team Leader	Márcia Casseb
	Project Title	PROCIDADES - Catanduva
	Project Number	BR-L 1171
	Safeguard Specialist(s)	Marisa Teixeira
	Assessment Date	2008-04-08
	Assessment Number	2008-04084219-2
	Additional Comments	

PROJECT CLASSIFICATION SUMMARY	Project Category: C	Override Rating: B	Override Justification: Project has sanitation work as sewage treatment plant, wich requires environmental study and licensing process.
	Conditions/Recommendations	Comments: <ul style="list-style-type: none"> Category "B" operations require an environmental analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements). The Project Team must send the PCD (or equivalent) containing an Environmental and Social Strategy (ESS -- the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3; paragraph 9) and the SSF to the CESI. <p><i>Policy Directives can be accessed from the Resources tab on the Toolkit home page.</i></p>	

SUMMARY OF IMPACTS/RISKS AND POTENTIAL SOLUTIONS	Identified Impacts/Risks	Potential Solutions

ASSESSOR DETAILS	Name of person who completed screening: Márcia Casseb	Date: 2008-04-08
	Comments:	

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado do Município de Catanduva (BR-L1171)

ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL

- 1.1 O Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva foi proposto com o objetivo geral de promover ações e intervenções integradas nos âmbitos urbanístico, sanitário, ambiental e de gestão pública, que contribuam para a melhoria das condições ambientais do município e beneficiem a população urbana do mesmo e os recursos hídricos da bacia do rio São Domingos.
- 1.2 O Programa está estruturado em três componentes de caráter complementar que abrangem as áreas de (i) saneamento ambiental, (ii) qualificação urbanística e desenvolvimento institucional e gerenciamento. O componentes I é o de obras de sistema de afastamento, transporte e tratamento de esgotos e o componente II refere-se a implantação de Parques urbanos ao longo do rio São Domingos. O componente III reúne as ações destinadas a dar suporte e sustentabilidade institucional e gerencial ao Programa.
- 1.3 O Programa vem contribuir para a mitigação da principal questão ambiental urbana do município que é a despoluição do rio São Domingos. Com a implantação dos coletores-tronco, interceptores e a ETE Catanduva, a recuperação da qualidade da água desse curso d'água será percebida gradualmente em toda bacia, possibilitando a redução do risco de doenças de veiculação hídrica, com reflexos positivos na saúde pública.
- 1.4 A implantação do Projeto Corredores Verdes – Parques Abertos tem por objetivo a ocupação, resgate e valorização dos vazios urbanos da área central de Catanduva, inclusive recuperação de APP, aliado à disponibilização de nova área de lazer, recreação, atividades esportivas, culturais, bem como o uso da bicicleta como modalidade de transporte, em pequena escala.
- 1.5 O processo de licenciamento ambiental do programa foi iniciado junto aos órgãos estaduais – CETESB/DEPRN, para obtenção da Licença Prévia para a Estação de Tratamento de Esgotos – ETE de Catanduva e as autorizações e outorgas necessárias para os interceptores e coletores-tronco.
- 1.6 Para a gestão do programa a Prefeitura de Catanduva está estruturando a Unidade de Gestão do Programa - UGP, vinculada diretamente ao Gabinete, com as seguintes características: a UGP será responsável pelo planejamento executivo e acompanhamento físico-financeiro da execução das ações do Programa, bem como seu monitoramento e avaliação. Deverá assegurar a atuação integrada e

sinérgica dos agentes executores e instituições envolvidas no Programa, e o cumprimento das orientações e exigências do órgão financiador.

- 1.7 A UGP será composta por técnicos especialistas da Prefeitura Municipal, designados em tempo integral, sendo 1 coordenador geral e 3 gestores setoriais nas seguintes áreas: (i) saneamento, (ii) urbanismo e meio ambiente, e (iii) administrativo, financeiro e desenvolvimento institucional. Haverá também o apoio de empresa com o apoio de uma empresa de consultoria, que será contratada por licitação pública, que deverá atuar como suporte técnico e administrativo.
- 1.8 As lições aprendidas com programas semelhantes apontam para a necessidade de atenção para: (i) a gestão e manutenção dos equipamentos públicos implantados nos parques urbanos; (ii) a necessidade de otimização da utilização dos equipamentos através de ações de educação ambiental voltadas para a população usuária; (iii) o treinamento e capacitação de operadores para as unidades de tratamento de esgotos. Essas questões serão contempladas nos programas de mitigação ambiental a serem propostos no documento de avaliação ambiental a ser elaborado durante a preparação do Programa.
- 1.9 Com base na tipologia das intervenções do Programa, que apontam para a geração de impactos mitigáveis com tecnologia conhecida e boas práticas de engenharia, e prevendo que os instrumentos de avaliação ambiental disponíveis são eficazes para a verificação desses impactos e a proposta de medidas de mitigação apropriadas, a equipe de projeto propõe a seguinte Estratégia Ambiental e Social: (i) a elaboração de uma Relatório de Avaliação Ambiental – RAA que contemple os quesitos da política de meio ambiente e salvaguardas do Banco – OP-703; (ii) submeter o Programa e o documento de avaliação ambiental RAA a amplo processo de divulgação pública, de acordo às políticas do Banco; (iii) adotar na metodologia do RAA a incorporação de um Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS, que contemple as conclusões do referido relatório e, ainda, incorpore em seus programas e ações os requisitos adicionais resultantes do processo de licenciamento ambiental estadual, ao qual as intervenções do programa estão submetidas (licenciamento ambiental estadual, outorgas e autorizações diversas).
- 1.10 O Informe de Gestão Ambiental e Social do Programa - IGAS, contendo as ações realizadas durante a preparação para a gestão ambiental e social do Programa, será anexado ao *POD*.

PERFIL DE PROJETO

BRASIL

Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado do Município de Catanduva
(BR-L1171)

ÍNDICE DE ESTUDOS SETORIAIS

Setor	Descrição	Datas
Opções técnicas e de desenho	Projeto Básico das Unidades do Sistema de Esgotos Sanitários Estudos de Concepção dos Corredores Verdes do Vale do Rio São Domingos.	Junho 16 /08
Análise de custo do projeto e viabilidade econômica	Informe final de viabilidade socioeconômica de projetos e orientações para a análise do restante dos projetos.	Junho 16 /08
Análise financeira/aspectos fiduciários e controles	Informe final de viabilidade institucional e financeira, incluindo (i) avaliação fiduciária; (ii) gestão administrativa e de aquisições; (iii) aspectos de controle interno e externo; (iv) avaliação institucional e (v) capacidade de implementação.	Junho 23 /08
Coleta de informações e análise para preparação de resultados	Versões finais dos diagnósticos setoriais da PMC (insumos para a definição da Linha de Base de indicadores).	Junho 23 /08
Análises institucionais e outros aspectos da capacidade para a implementação	Resultados finais das análises da capacidade institucional da PMC mediante a aplicação do SECI e Análise de Riscos.	Junho 30 /06
Atores chave e o ambiente político	Plano Diretor Urbanístico de Catanduva - PDUC Plano Diretor de Esgotos Sanitários	¹
Salvaguardas ambientais e sociais	Versão final do Informe de Avaliação Ambiental, incluindo Critérios Sócio-Ambientais de Elegibilidade.	Agosto 23 /08

¹ [IDBDOCS Link](#) Plano Diretor Urbanístico de Catanduva - PDUC
[IDBDOCS Link](#) Plano Diretor de Esgotos de Catanduva

CONFIDENCIAL

¹ La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).